

ACESSO À EDUCAÇÃO POR PESSOAS TRANS: DIREITO HUMANO E RUPTURA DECOLONIAL

Francisco Ricardo Miranda Pinto¹

Natália Silveira de Carvalho²

RESUMO:

Este tem como objeto de estudo o fenômeno da relação entre as Pessoas Trans³ e a escola. Objetiva compreender a relação entre as Pessoas Trans e a escola sob a perspectiva do olhar de mães de Pessoas Trans. Aporta-se nos pressupostos teóricos pós-estruturalistas e decoloniais, bebendo das fontes que coadunam com a ideia de que a escola laica. Estudo com lente fenomenológica e abordagem qualitativa, foi realizado em Fortaleza – Ceará com mães que se organizam na ONG Mães Pela Diversidade. Como critério de inclusão ponderou-se ter filhe/a/o trans, com histórico de matrícula em alguma instituição de ensino da educação brasileira. Para a coleta dos dados foi utilizada a Técnica do Grupo Focal. Os dados foram tratados seguindo os pressupostos teóricos da Análise de Conteúdo de Bardin. As mães vivem os dramas de não saber como esta instituição receberá, se receberá e como procederá, reiteram a escola como espaço de conflito intenso para seus filhe/a/o trans. Enquanto espaço de formação segregada, exclui, violenta a Pessoa Trans por não se adequar as normas dos ⁴ sistemas patriarcal, heterossexista, cisnormativo. Considera-se que a escola deve ser espaço público de construção dos saberes que não pode/deve ser utilizado para a reprodução/reforço/manutenção das estruturas de poder excludentes, marginalizadoras e invisibilizadoras, mas tem atendido a ⁵ sistemas e discursos culturais distintos que desconhecem o direito de/a/o outre/a/o⁵ de acessar a Educação que é, reconhecidamente, Direito Humano Universal.

Palavras-chave: Educação; Acesso à Educação; Direitos Humanos; Pessoas Trans; Decolonialidade.

ABSTRACT

This has as its object of study the phenomenon of the relationship between Trans People and school. It aims to understand the relationship between Trans People and school from the perspective of the perspective of the mothers of Trans People. It relies on post-structuralist and decolonial theoretical assumptions, drinking from sources that are consistent with the idea that the secular school. A study with a phenomenological

¹ Discente do Curso de Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. E-mail: ricardomiranda195@gmail.com

² Orientadora. Doutoranda em Direito pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. E-mail: nsilveira.carvalho@gmail.com

³ Há o uso intencional do termo Pessoas Trans, considerando o caráter político deste texto quanto ao propósito de visibilizar àquelas pessoas, conforme preconizado por Pinto (2021)

⁴ Adota-se Nascimento (2021) e sua crítica à colonialidade para a escrita da palavra sistema.

⁵ Usa a Linguagem Neutra, reconhecida como movimento social por Sírio Possenti (2022) e reconhecida como constitucional (SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL, 2023).

lens and qualitative approach was conducted in Fortaleza – Ceará with mothers who are organized in the NGO Mothers for Diversity. As inclusion criteria, it was considered to have a trans child, with a history of enrollment in some educational institution of Brazilian education. For data collection, the Focal Group Technique was used. The data were treated following the theoretical assumptions of Bardin's Content Analysis. The mothers live the dramas of not knowing how this institution will receive, if it will receive and how it will proceed, reiterate the school as a space of intense conflict for their trans children. As a space of segregated formation, it excludes, violently the Trans Person for not conforming to the norms of patriarchal, heterosexist, cisnormative schisms. It is considered that the school should be a public space for the construction of knowledge that cannot/should not be used for the reproduction/reinforcement/maintenance of exclusionary, marginalizing and invisible power structures, but has attended to schisms and distinct cultural discourses that do not know the right of others to access the Education that is, admittedly, Universal Human Right.

Keywords: Education. Education Access. Human Rights. Trans People. Decoloniality.

1 INTRODUÇÃO

Este texto trata-se do produto da Unidade Curricular Trabalho de Conclusão de Curso, um dos componentes da Matriz Curricular do Curso de Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos da Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), para a conclusão de curso e outorga do grau de especialista na área em estudo. Sua gênese está em um projeto maior, desenvolvido pelo autor, intitulado *Interface entre a subjetividade e a promoção da saúde de Pessoas Transgênero no processo transexualizador* (PINTO, 2021).

Aborda, sob o olhar de mães, a relação de seus filhe/a/o(s) Transexuais, Transgênero e Travestis, aqui referidas como Pessoas Trans, com a escola. É oportuno, considerando-se o momento espúrio em que o Estado reitera, através de diferentes mecanismos e tecnologias, dispositivos de poder que decidem em uma lógica, heteronormativa [norma social imposta, cujo princípio é que a pessoa deve se reconhecer e desenvolver seu papel social segundo sua genitália, (COSSI, 2011)], quem vive. Trata-se do biopoder que se utiliza de métodos assépticos para eliminar àqueles que não se adequam ao padrão social, anormais (FOUCAULT, 2019).

A morte, estágio final das violências, é risco constante à vida de Pessoas Trans brasileiras. O Brasil segue no *ranking* a lista dos países onde mais ocorrem assassinatos desta minoria. Foram 175 em 2020 e 140 em 2021 (BENEVIDES, 2022). Isto significa que viver a transexualidade é um risco iminente e brutal, não apenas pela

exclusão, desrespeito, impossibilidade de acesso às condições mínimas de vida e dignidade humana, lhes é negado o direito à vida.

Envida-se luta, diuturna, para reafirmar sua existência para sobreviver em uma sociedade que as mata por não se enquadrarem no padrão binário heterossexista e cisnormativo, onde “[...] anatomia, gênero, desejo e práticas sexuais devem ser concordantes.” (COSSI, 2011, p. 19). A guisa de introdução, compreenda-se que as violências são materializadas através da invisibilidade e apagamento da existência das Pessoas Trans no contexto social. As tecnologias (discursos, comportamentos, agressões) as legitimam, operam para fragilizar ora o acesso ora a permanência nos serviços de saúde, no mercado de trabalho, no sistema federal de ensino brasileiro.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) garante a constitucionalidade do direito a estar na escola. Entretanto, para Pessoas Trans, a lógica não funciona nesta mesma racionalidade. A escola, parte do sistema formal e local onde se entende a oferta do ensino formal (o que não significa uma relação de existência obrigatória), tem um papel social que sustenta duas faces controversas.

Por um lado, vive massivamente pressionada pelo poder do capital para que reproduza a mão de obra necessária ao capitalismo, por outro é reconhecida como espaço em que a formação permitirá ser dissidente ao próprio sistema capitalista, como preconiza Santos (2019). Cabe refletir o que Louis Althusser pontua na obra *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado* (1985) sobre a escola, considerando que esta opera pautada em uma ideologia, bem como na percepção de Michel Foucault na obra *Microfísica do Poder* (2019) sobre aquela se tornar uma instituição repressora.

A comprovação de que o acesso à educação, enquanto direito constitucional, é negado as Pessoas Trans pode ser identificado precocemente, desde a forma invisibilizada com que são tratados nos censos demográficos. Não há dados estatísticos e censitários que descrevam quante/a/o(s) estudantes trans há no sistema educacional brasileiro. Na Educação Básica, e/a/o(s) estudantes trans se quer tem a oportunidade de assumirem como se reconhecem, pois, nas matrículas não há essa opção, ainda que seus pais tenham aceitado a transexualidade de seus filhe/a/o (LIMA, 2020).

Este texto não tem a pretensão de se tornar um retrato fidedigno da situação atual, nem pode, mas evidenciar, a partir do relatado por mães, como se dá a relação de famílias, estudantes e escolas.

Trata-se de um estudo com lente fenomenológica e abordagem qualitativa. O estudo fenomenológico concentra-se na descrição, a partir de/a/o(s) participantes, dos significados de um determinado fenômeno, considerando as experiências de quem os vivencia (PINTO, 2021). Por sua vez, a abordagem qualitativa busca romper com o cartesianismo, trabalha com a subjetividade e a qualidade do que é disponibilizado pela pessoa, sem aprisionamentos à amostra, é flexível, facilita a interação com pequenos grupos (SAMPIERI; COLADO; LÚCIO, 2013).

O estudo foi desenvolvido na capital do estado do Ceará, Fortaleza, no período de julho de 2018 (primeiro contato) a setembro de 2019 (realização dos Grupos Focais), tendo como universo o Coletivo Mães Pela Diversidade Seção Ceará. Este coletivo nasceu, no estado, em 2017 e, é composto por mães e/ou pais que reconhecem ter filhe/a/o Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, *Queers*, Intersexo, Assexual, Pansexual (LGBTQIAP+).

De bandeira nacional, o coletivo surgiu em 2015, rompendo a colonialidade discursiva e cultural do sistema cisnormativo, heterossexista, patriarcal desencadeado por famílias que adotaram a orientação sexual e/ou a identidade de gênero que seus filhe/a/o(s) desejavam/tinham.

Por se tratar de abordagem qualitativa a proposta não se propunha a atingir um “*n*” exato de participantes. Como critérios de inclusão foi definido que deveriam ser mãe e/ou pai, independentemente de sua constituição⁶, com filhe/a/o trans em processo transexualizador ou já transicionado⁷, que estudassem ou tivessem estudado na rede pública ou privada de educação do Estado do Ceará.

Quanto aos critérios de exclusão, considerou-se o afastamento por causas alheias e/ou óbito, se imputando a idoneidade de/a/o(s) participante(s) de manifestar interesse em não mais continuar na pesquisa. Assim, a pesquisa teve 10 (dez) mães participantes que aderiram à pesquisa. Não houve abordagem direta a nenhuma delas. Não se utilizou como critério de exclusão a natureza das escolas, considerando que as mães pertenciam a diferentes estratos sociais.

⁶ Não se considerou aqui a ideia patriarcal, ou seja, o sistema centrado na figura do pai como chefe da família, reforçado pelas propostas de Estatuto da Família (BRASIL, 2013) do deputado federal Anderson Ferreira, da bancada evangélica, que considera o núcleo familiar tradicional composto por pai, mãe e filhos biológicos desta relação.

⁷ Convém destacar que o processo transexualizador é *ad continuum*. Convém-se, assim, manter o verbo no passado e presente, pois naquele momento estavam no processo e no momento da escrita deste texto podem ainda estar.

Respeitando ao que é preconizado nas Resoluções 466/2012 (BRASIL, 2012), 510/2016 (BRASIL, 2016) e 580/2018 (BRASIL, 2018) e o que fora orientado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade de Fortaleza (COETICA- UNIFOR) não houve contato direto com as mães para apresentar a pesquisa e recrutamento. Neste mesmo preceito, os nomes utilizados para identificar as mães são fictícios, primando pela preservação da identidade das participantes, ainda que elas tenham verbalizado e assinado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A pesquisa foi apresentada à coordenação do Coletivo Mães Pela Diversidade, seção Ceará quanto aos objetivos, método a ser desenvolvido, o Grupo Focal (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013), para a coleta de dados e [as possíveis perguntas (nestas houve intervenção da coordenação que sugeriu o não uso de certos termos)]. A coordenação apresentou a pesquisa nos grupos próprios de *WhatsApp*, momento em houve a adesão das mães que participaram.

Os grupos focais aconteceram em duas datas, 24 de agosto e 14 de setembro, com duração média de 3h, nas imediações da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). A primeira sessão teve a participação de 10 mães e no segundo 09. Assim, tivemos as participações de Gína, Angel, Clau, Berta, Ginda, Iza, LíVa, Mhyrti, Celle, Tiana, Dja, Yndra. A captação dos dados sociodemográficos, com a aplicação do questionário com questões fechadas foi obtida nos momentos iniciais.

Para o debate, nos grupos focais, foi utilizado roteiro específico com perguntas abertas em torno dos estigmas e preconceitos vividos e experimentados pela família no antes, durante e após o processo transexualizador ou cirurgia de redesignação de sexo. Contudo, optou-se por evoluir de perguntas iminentes (próprias dos objetivos da pesquisa) para perguntas exmanentes (surgidas a partir do que foi mencionado pelo participante), conforme sugerem Muylaert et al., (2014, p. 195) quanto a técnica de Entrevista Narrativa, que evoca “[...] representações ou interpretações do mundo.”.

Os grupos focais foram gravados (~6 horas) e transcritos na íntegra pelo pesquisador, respeitando todos os vocabulários. Fazia parte do protocolo de pesquisa a não permissão para alterações no ato de transcrever, pois correr-se-ia o risco de perda de elementos inerentes ao fenômeno, além de roubar de/a/o(s) participante(s) sua autonomia e propriedade sobre o que diz. Após transcrição de todas as falas, foram devolvidas e/a/o(s) participantes para confirmar o que estava posto.

Uma vez coletados, os dados foram organizados e tratados utilizando o Método Fenomenológico (GIORGI; SOUSA, 2010), seguindo-se os quatro passos essenciais: Suspensão Fenomenológica, leitura livre de sentidos, Divisão nas Unidades de Sentido, fragmentação em partes menores; Transformação das unidades de significado, quando são reunidas as pequenas partes do ‘quebra-cabeça’; e Transformação das unidades de significado em unidades de sentido.

A análise, discussão e reflexão tiveram como base a Lente Pós-Estruturalista [em outras palavras denominada como pós-modernismo, tendo dentre seus expoentes, Foucault, Derrida, Nietzsche (MENDES, 2015) e seus contemporâneos como Erving Goffman, Herbert Blummer, Merleau-Ponty, Carl Rogers (PINTO, 2021)].

A aprovação do estudo foi dada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (COÉTICA) da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) com o CAAE 15506019.0.0000.5052 e Parecer Nº 3.417.072.

2 Aproximações e distanciamentos entre transexualidade e educação

A busca pela satisfação corporal é responsável pelo bem-estar físico, emocional, cultural e biopsicossocial. O conflito que se instala na vida intrapessoal quando há a incongruência entre o corpo que se tem e a pessoa que se reconhece são, como apontado por Cossi (2011) causas de adoecimentos e até atentados à própria vida, por jovens e adultos à óbito. O caráter patológico atribuído à transexualidade, antes transexualismo, já deveria ser pauta superada, desde 2018, pois a própria Organização Mundial da Saúde (OMS), órgão colegiado internacional que regula a saúde mundial, despatologizou o corpo da Pessoa Trans, no Código Internacional de Doenças CID-11 (OMS, 2018).

Ser desconsiderada como patologia não se configura como o fim dos problemas para as Pessoas Trans. A sociedade patriarcal e o sistema binário – macho/fêmea – homem/mulher – consideram a transexualidade como um desrespeito à moral, a integridade da família e uma chaga da sociedade (BENTO, 2017).

Há países do Oriente Médio assim como da África que ainda no século XXI condenam à morte quem não seguir os parâmetros definidos como corretos: a existência do corpo biológico de macho com pênis para a penetração na fêmea com vagina, homem e mulher para a procriação. Binarismo, patriarcado, heteronormatividade são sistemas de forças que tem o poder de escolher aqueles que

permanecem vivos e os que estão destinados à morte, é a necropolítica (MBEMBE, 2019).

Este binarismo é apontado por Louro (2020) como sendo resultante de inscrições culturais, sociais, discursivas e de poder, corroborando com a percepção de Butler (2019). Livia e Hall (2010) exemplificam o discurso pronunciado pelas parteiras de que o recém-nascido é menino ou menina, já Pinto (2021) faz alusão ao binarismo homem/mulher inscrito na genitália, reforçado pele/a/o(s) profissionais da medicina através dos artefatos e discursos presentes em seus consultórios.

Cabe esquadrihar a etimologia do termo binário para situá-lo nesta discussão teórica que pretende desembocar na colonialidade e decolonialidade, embora se reconheça ser uma tarefa passível de inconclusão e replicação de lacunas. O binário, comum de dois, é considerado como um termo que representa a linguagem universal matemática, a base da linguagem computacional, proposta por Leibniz ainda no século XVIII.

Apesar dessa origem nas ciências exatas, o discurso, a cultura já esquadriham o binário desde sempre, valorando o comum de dois, mas em polos opostos. Parece ousado, mas já se esquadriha no escopo da religião quando são criados Adão e Eva que irão povoar a terra que não deu certo. Chega o segundo importante momento histórico quando O Espírito Santo (substantivo masculino), fecunda Maria A Virgem (substantivo feminino), gerando O Filho Salvador do mundo. Perceba-se aí como o poder e a colonialidade vão se introjetando pela via mais passível da humanidade: o imaginário da religiosidade e da fé. Norma Mejía (2006) aduz esta discussão pontuando a substituição da Mãe Natureza por Deus Pai propondo o macho-fêmea.

Para fugir da seara religiosa se poderia visitar outros pressupostos teóricos clássicos para exemplificar o binário, podemos citar Friedrich Nietzsche contempla com maestria as diferentes facetas do binarismo em suas obras Além do Bem e do Mal (2017), assim como em Genealogia da Moral (2017). Nestas assim como em outras, o autor já esboça o cenário de como a vida existe e funciona nestes polos.

Segundo Laqueur (2001), o binarismo sexual e de gênero renegou o feminino o reconhecimento do prazer, do orgasmo, enquanto ao homem não. O binarismo sobrepõe-se à figura masculina e reforça a supremacia do masculino sobre o feminino quando diz que “[...] as mulheres eram essencialmente homens, nos quais uma falta

de calor vital – de perfeição – resultara na retenção internadas estruturas que nos homens são visíveis na parte externa.” (LAQUEUR, 2001, p. 16).

Laqueur (2001) passar distante da concepção anatômica para mensurar a forma como há um projeto colonial de poder entre os gêneros, sobrepondo o masculino ao feminino. Mais ainda, ratifica que o contexto de existência social, cultural, política, profissional e a performance de homens e mulheres estão condicionadas às genitálias pênis-vagina.

Boaventura de Sousa Santos (2009) contempla a similitude entre o capitalismo, a globalização, a modernidade e o poder apontando que estes determinam o binarismo sexual e de gênero em uma situação de colonialidade, domínio e poder do masculino sobre o feminino, não apenas no aspecto epistemológico, mas também das relações entre os gêneros. Assim, determinar o papel social do ser homem ou ser mulher é determinar qual o papel segundo o gênero.

Para Quijano (2009) a colonialidade transcende as questões históricas de colonização dos portugueses com quem já morava no Brasil e atende ao que é imposto pela globalização e pelo capitalismo. Os corpos devem atender ao que lhes foi determinado pela genitália. As relações de trabalho são determinadas por estes padrões anatômicos. Quijano (2009) ainda pontua ser o gênero uma das estratificações que o capitalismo determina, tendo peso tanto quanto a raça e o trabalho, descartando a idade.

Ainda de acordo com Quijano (2009) este processo de domínio do binário sexual e de gênero que determina que a heterossexualidade é a forma única e exclusiva de relações entre os corpos têm sua origem na cultura judaico-cristã, eurocêntrica. É importante notar como Preciado (2011, p. 11) renomeia esta colonialidade, este poder como sendo “A sexopolítica [...], ação da biopolítica no capitalismo contemporâneo. Neste sentido, convém apontar que Spivak (2010) remete e Althusser com sua brilhante reflexão de que lutar contra o poder envolve a luta dos trabalhadores contra a heterogeneidade institucional.

O binarismo estigmatiza, violenta, ceifa centenas de vidas LGBT no Brasil e no mundo por ojeriza, intolerância, pois ele busca por um ‘encaixotamento’ social (BUTLER, 2014; 2019). As instituições de saúde e de educação invisibilizam e excluem em razão da identidade de gênero de Pessoas Trans. O corpo e a performance são os ‘sinais’ que os marcam, mantendo semelhança com a forma como os gregos faziam para apontar quem era ‘diferente’ (GOFFMAN, 2017).

Pessoas Trans com suas dinâmicas e atividades que na ausência do cistema educacional tendem a não ter escolarização e, como consequência não encontram 'vagas' no mercado de trabalho, se sujeitando a viver no submundo da prostituição, imputando aos seus corpos melhoramentos que lhe permitam a passabilidade e a proximidade com o corpo que se constrói, por vezes, até morrem em razão dessas imputações (KULICK, 2008).

Estes corpos considerados abjetos, são pessoas que precisam lutar ininterruptamente contra um sistema que as invisibiliza e as nega direitos de cidadania pelo fato de não performarem conforme os papéis sociais que lhe são atribuídos segundo a genitália de nascimento. São pessoas que lutam dentro de uma instituição que tem buscado desde então pelo higienismo social, por isso exclui o corpo transsexual e travesti.

3 Percepções de mães sobre a escola e seus filhe/a/o(s)

As Mães Pela Diversidade revelaram e abordaram mais experiências negativas que positivas com as instituições de ensino e o direito ao acesso à educação e permanência na escola. Destaque-se, antecipadamente, que e/a/o(s) filhe/a/os daquelas mães são, quase tode/a/os estudantes de escolas que pertencem à iniciativa privada. Entender a condição socioeconômica como um fator que diferencia e acolhe seria pensar que, pela lógica capitalista, o poder aquisitivo deveria transpor toda e qualquer condição de transfobia no espaço escolar, considerando o mais valia segundo o *status* social.

Garcia, Silva e Sanchez (2020) mostra que apesar de soar lógico, não há materialidade, pois Estado e projetos neoliberais reiteram as segregações por raça e/ou gênero. Assim, estão inclusos em um grupo considerado dissidente, já que corpos e sexualidades não se adequam à heteronormatividade. Em resposta, se produz um discurso de ódio, camuflado em uma pseudoaceitação que exclui de acesso à serviços básicos e essenciais de sobrevivência.

Foram mencionadas questões transfóbicas que se retratam nos discursos, nas expressões, nos termos pejorativos utilizados na(s) escola(s) por todos os microgrupos sociais que a compõe, com severos impactos (desenvolvimento discente comprometido, problemas sociais no uso do banheiro por estudantes, etc.) na vida

dos estudantes ao longo de suas vidas. As dificuldades de relações interpessoais com docentes na escola foram mencionadas pela Mãe Iza:

[...] meu medo era exatamente em relação a aceitação na escola, por que o mundo nem sempre tá de braços abertos [Dja diz: Pelo contrário, não tão] para essas mudanças, pra essa fuga do padrão que se espera né? [Dja sobrepõe: É]. [...]. É na escola foi assim um choque pra todo mundo. Então teve, teve reações assim, de colegas, principalmente dos colegas que não aceitavam, aaaa, a gente teve questões pontuais com alguns professores, alguns funcionários, aí veio a questão do uso do banheiro, e com 12 anos ela assumiu, agora ele, mas continuavam chamando de ela [...]. **(Iza)**

A narrativa da mãe Iza, que não foi a única, destaca problemas com docentes. Nesta instituição, escola, reforça-se a pedagogia da sexuação como pontua Bento (2017) ao dizer que sociedade-discurso-linguagem-cultura dicotomizam sexo (biológico) com gênero (cultura), significando o corpo sexualizado. É como o sexo sendo o corpo e o gênero sendo a alma. É no 'chão' dessa instituição que os discursos ultraconservadores buscam intervir contra as insurgências dos corpos trans que as famílias não conseguem silenciar. Quijano (2005) aponta a necessidade da luta contra o poder que quer dominar a corporalidade já que este conceito não se enquadra no preceito mistificados da cultura judaico-cristã.

A escola deve ser um espaço para acolher e educar para a diversidade, não apenas quando esta faz menção às deficiências mas se torna, como menciona Miskolci (2012) à partir de sua experiência, um espaço submisso à figura do homem, que relaciona masculinidade com violência e assim violenta estudantes trans, se considerarmos que nestas instituições impera o discurso que sobressai ações e atitudes heterossexuais e cisnormativas, enquanto despreza todas as outras formas, desmoralizando, julgando, excluindo, marginalizando todos os corpos, atitudes, comportamentos que não sigam às normas, está fora do natural.

As truculências produzidas no espaço escolar, mencionadas por Iza são posicionamentos que a sociedade aguarda da escola: corrigir desvios, educar, manipular e alterar comportamentos para que os corpos que estão sob sua 'responsabilidade' atendam as ações, posicionamentos e posturas atribuídas segundo seu sexo biológico/genitália anatômica e gênero cultural determinado pelo profissional da medicina ao nascimento (LOURO, 2014; GOFFMAN, 2017).

Foucault (2014) na obra *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão* já sinaliza que a escola é mais uma instituição social onde o dispositivo da sexualidade funciona como

dispositivo de poder. Nesta instituição esta atitude é continuada e reforçada pelo discurso família, que determina a matriz da intelegibilidade. Guacira Louro (2020) na obra *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*, reitera Foucault (2014) ao fazer menção ao dispositivo da sexualidade, enquanto poder, como pedagogização dos corpos, do sexo, da criança.

Professore/a(s) vão discursando sobre o que brincar, como se sentar, comportar-se, falar, ter relações afetivas de maneira a direcionar corpos ditos masculinos 'para um lado do ambiente', corpos ditos femininos para outro, trabalhando com o padrão institucionalizado (LOURO, 2020). Perceba-se a que condição o corpo trans foi colocado, o de identificar-se, a partir da experiência, deslocado.

A adolescência é compreendida por Pinto (2021), a partir das narrativas feitas por Pessoas Trans, como um momento de conflito oficial com as instituições hierárquicas (família, igreja, escola), pois aquela criança vigiada e punida pelo dispositivo da sexualidade não aceita as versões já apresentadas de como ser, o que ser, o que a sociedade espera (FOUCAULT, 2014; 2019).

Destaque-se o feito de monitorar os corpos infantes, brincadeiras, comportamentos e gestos ao se comunicar, andar, sentar-se como sendo adequados ou não ao seu sexo não acontecem apenas no espaço isolado da sala de aula. O uso dos espaços da escola, como o banheiro, para as necessidades fisiológicas também é objeto de vigilância, pois meninos devem se endereçar para os ambientes ditos apropriados segundo a genitália. Tal experiência foi vivida pelo filho de Myrthy

A coordenadora, sempre que ele se dirigia aos banheiros, a coordenadora ia lá, ia atrás, para saber que banheiro ele ia entrar e uma colega dele, que é muito amiga dele estava no colégio, ela me revelou outro dia que ela estava no colégio, nas mesinhas que existem lá, de estudo, eles estavam estudando ela tinha fraturado o tava com o gesso e ele chegou próximo e estava escrevendo no gesso e o guarda veio com muita truculência e levou os dois pra coordenação e ela dizia que ele não estava fazendo nada, estava apenas escrevendo no gesso, mas eles não quiseram conversa. **(Mhyrti)**

Sem defesa, represade/a/o(s), humilhade/a/o(s) por colegas e até mesmo por professores ou outros profissionais da Educação, Pessoas Trans são convidade/a/o(s) a compreender que o espaço da escola não lhes é adequado. Os dados da pesquisa mencionada se repetem em outras cidades onde acadêmicos ousam romper o casulo das já habituais propostas de estudos e pesquisam sobre gênero-sexualidade-escola-família (PINTO, 2021).

Seguem-se assim os procedimentos de violência simbólica, física, moral, emocional, psicológica, social, materializados nas agressões físicas feitas principalmente pelo sexo masculino dentro da instituição que, operando o discurso heteronormativo dá anuência e, por vezes, até minimiza o posicionamento do(s) agressor(es) atribuindo a culpa e/a/o(s) agredide/a/o(s), resguardando salvo-conduto ao provocador do *bullying*, protegendo a violência. Não menos real, está a violência verbal com alcunhas pejorativas do tipo ‘bichinha’, ‘boiola’, ‘baitola’, ‘gayzinho’, ‘menininha’, ‘viadinho’, ‘mulherzinha’, ‘maquinha’ ou ‘sapatão’, ‘44’, ‘menina-macho’.

Para Preciado (2014) enquanto elementos discursivos, as provocações acima não dizem nada, não simbolizam quem é o sujeito. Contudo, vivenciá-las, enquanto Pessoa Trans na infância ou na adolescência é desconfortável, cruel, há uma sensação de não pertencimento àquela comunidade, de um corpo desajustado, deslocado, desencontrado ao que se tem instituído em sua percepção enquanto correto.

Outrora aquelas brincadeiras de empurrar meninos para a fila de meninas ou de promover violências, como mencionadas por Mickolci (2012), hoje tem classificação específica, *Bullying* (intimidação sistemática representado por formas de violência de diferentes naturezas que intimidam ou agredem). Nesta perspectiva, Gína reiterou nos dois Grupos Focais seu evento com seu filho:

Ele nunca me disse nada, ele sofreu *bullying* na escola, o Daurio Gurgel era um colégio que fazia *Bullying* com ele, eu não sabia, ele não me contava, ele ia pra psicóloga e a psicóloga uma vez me chamou aí veio com aquela conversa assim, que ele como tirava nota baixa, os meninos de lá todos só tiravam notas boas, ele estava deslocado, isso ele pediu pra ela dizer né, que não seria bom que ele ficasse nessa escola, colocar em outra escola, mas não me disse... [...]. **(Ginda)**

Junto de Ginda, LiVa revela outra faceta, a invisibilidade vivida por seu filho:

[...] não sei o que conversando da escola, ele disse assim “Mãe eu sou um invisível dentro dessa escola” e eu achei aquilo muito forte “Eu sou invisível dentro da escola”. **(LiVa)**

A experiência vivida pelo filho de LiVa denota que há apagamento, invisibilidade e silêncio/silenciamento de Pessoas Trans no espaço da escola. Mais de que silenciar, invisibilizar, se privar do direito ao espaço físico que se adeque à identidade de gênero

para a satisfação das necessidades fisiológicas humanas básicas, como aconteceu com a filha de Tiana e o filho de Iza quanto a necessidade de um banheiro:

Teve um pouco de dificuldade com o banheiro, no começo, porque eu pedi um banheiro é extra pra ela, que não fosse feminino nem masculino, pelo menos mas que ela tivesse e o colégio demorou um pouco, aí ela começou a segurar o xixi pra não ir no banheiro e eu digo “-De jeito”, quando eu descobri “-Você não vai mais fazer isso, a partir de hoje você está autorizada por mim a usar o banheiro feminino e se alguém vier fazer confusão você me liga que eu vou lá”, nunca teve confusão, então é isso, nós estamos nesse ponto.
(Tiana)

[...] aí veio a questão do uso do banheiro e com 12 anos ela assumiu, agora como ele. **(Iza)**

Tomando para este texto, conceitos da Física, poder-se-ia denominar o *Bullying* como uma motriz que conduz Pessoas Trans para fora da escola para viverem o submundo do analfabetismo que impactará no acesso ao mercado de trabalho, assim como na qualidade de vida. Considere-se que fora da escola ou do sistema educacional brasileiro estão Pessoas Trans com “13 anos de idade, [...], idade média em que travestis e mulheres transexuais sejam expulsos de casa pelos pais e que 0,02% estão na universidade, 72% não possuem ensino médio e 56% o ensino fundamental [...]” (BENEVIDES, 2021, p. 43).

Rocon et al (2018) desvela que na ausência de vagas no mercado de trabalho, mesmo com vacância, resta as Pessoas Trans a prostituição. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) realizou pesquisa com Pessoas Trans, em suas mídias sociais, para coletar informações sobre empregabilidade. Os dados desvelam quão grave é a realidade ao expor que quase 100% de/a/os mais de 2.000 participantes concordam que o mercado de trabalho está despreparado para empregá-las (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021)

Registre-se aqui, como *bullying*, aqueles casos em que o uso do nome social e o respeito à forma como a pessoa se identifica são descumpridos ainda que haja legislação que o permita tanto na frequência quanto em todos os demais documentos escolares, por docentes, demais profissionais e discentes. Esta experiência do desrespeito à obrigatoriedade do uso do nome social foi evidenciada pela Mãe Berta:

Aí fui *na* escola, quando cheguei lá falei, explicamos tudo e a coordenadora lá disse, abertamente, que não iria chamar ela por outro nome que não fosse o de nascimento. **(Berta)**

O nome é a identidade da pessoa, assim, o uso do nome social é uma necessidade das Pessoas Trans. É uma forma de se identificar ainda mais com o gênero que se reconhece. No Brasil é oficializada a mudança de nome em todos os documentos em 2019, um ano depois da publicação da Resolução nº 270/2018 do Conselho Nacional de Justiça (BRASIL, 2018) que institui o direito ao uso do nome social, principalmente, em repartições públicas, de maneira muito peculiar os serviços de saúde e de educação que ainda se mantém resistente ao uso do nome social, como visto na fala da mãe.

Estes são de fato discursos estruturantes, permissivos às violências de gênero e assim, reiteramos, as dificuldades impostas aos corpos trans no uso de espaços exclusivos de gêneros masculino e feminino como é o caso do banheiro, local inclusive onde ocorrem atos violentos. Meninos cis não toleram a presença de homens trans assim como meninas cis sentem-se invadidas quanto sua intimidade, quando da presença de uma menina-adolescente-mulher trans e/ou travesti.

Vigiar, punir, palavras que compõem a obra de Michel Foucault (2019) são utilizadas aqui no sentido metafórico para associar a forma violenta como são tratadas as Pessoas Trans. A obra menciona a forma de violência utilizadas nas instituições que privam de liberdade e aí poder-se-ia pensar nos cárceres como único espaço onde não se tem liberdade. A reflexão de fato não estaria errada, não fosse o fato de que não são só os presídios, as cadeias que privam a liberdade, a escola também.

4 (De)colonialidade nos documentos oficiais educacionais

Até o ano de 1997 não havia menções a gênero, sexualidade e, orientação sexual, até que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 2020), Lei Nº 9394/1996, norteou a produção de uma série de documentos educacionais norteadores da educação brasileira chamados Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), criado no ano de 1997, onde em um de seus volumes, nº 10, se destinava exclusivamente à Orientação Sexual sugerindo, inclusive, que fosse inserido como aula alternativa dada sua transversalidade, adequado às faixas etárias de forma a respeitar os tempos de conhecimento e aprendizagem (BRASIL, 1998).

No ano seguinte, 1998, iniciou-se verdadeira guerra-fria ao documento constituído como norteador da prática docente abordando orientação sexual pegando carona no movimento contra a Ideologia de Gênero já encabeçado pela igreja católica,

cujo fundamento está em opor-se aos estudos feministas e de gênero que lutam por igualdade, casamento entre pessoas do mesmo sexo, agora direito a adoção, debates que envolvam ainda aborto, direito da mulher sobre seu corpo, sexualidade (que a mesma igreja encarcerou outrora) e sua abordagem nos espaços escolares. Embora de gênese católica, a “ideologia de gênero” foi desterritorializada e assumida como discurso da ala ultraconservadora que alega a destruição da família, da honra e da moral atacam aqueles que se propõem a discutir sexualidade, gênero, População LGBTQIAP+.

Estamos falando, inicialmente, do programa escola sem partido⁸ fundado em 2004, que apresenta com o propósito de combater a doutrinação da ideologia de gênero, assim como de ensinamentos teóricos do Patrono da Educação Brasileira, Paulo Freire. De origem eurocêntrica e religiosa do catolicismo, como parte do poder colonial que aqui se apresenta na perspectiva religiosa como já mencionado, reitera o binário homem-mulher com intuitos exclusivos de reprodução e, transfere para o espaço da escola a responsabilidade de adestrar os corpos (MISKOLCI; CAMPANA, 2017).

O enfrentamento à pronunciada doutrinação anunciada pelo movimento se daria com as ações do professor, limitando sua cátedra. Com pauta que brilha aos olhos de políticos do bloco político chamado de conservadores que encontraram território onde o dispositivo de poder patriarcal se retroalimenta, foram apresentados documentos com propostas de sanção em lei nas augustas casas legislativas federais, estaduais e municipais que tem como premissa tolher o discurso docente e escolar que insurgir ao sistema.

O(s) mais recente(s) ataque(s) à visibilidade trans na Educação vem da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017) que na total contramão dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), orientado pelos discursos conservadores das igrejas brasileiras e suas influências políticas, excluiu de seu texto as questões de gênero, voltando à conotação puramente anatômica, biologicista e reprodutora, invisibilizando completamente que pode haver transitoriedade de gêneros e/ou desejos sexuais e interesses afetivos que transbordem o binarismo homem e mulher (PINTO, 2021).

⁸ Escrito intencionalmente em letra minúscula como enfrentamento, **como** de resistência política.

Com o discurso de que a escola não pode ser um espaço doutrinador, a ala conservadora e moralista ataca a cátedra docente, resiste às orientações de agências internacionais como a Agenda de 2030 que tem em seu 7º Objetivo a igualdade de gênero, assim como o documento da própria *World Health Organization* (WHO) que orienta a nível internacional a abordagem da Educação Integral à Sexualidade (PINTO et al, 2021; UNESCO, 2019).

Ainda assim, a luta se mantém resistente através de tímidas ações. Nos governos dos presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff ações que procuram reduzir o preconceito, a discriminação, a lesbohomotransfobia contra a comunidade LGBT através do Projeto Kit Antihomofobia, contestado ainda em 2016 pelo naquela época deputado federal, agora presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro como sendo Kit Gay, Projeto Brasil sem Homofobia, Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, Política Nacional de Atenção Integral a Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, Lei do Uso do Nome Social, mais recentes a Inconstitucionalidade dos PL, PEC, MP que proibiam a cátedra docente no sistema brasileiro de ensino abordando gênero e sexualidade.

Neste campo político, a representação do corpo se faz essencial em outros microgrupos sociais onde os embates não se fazem menores, na sociedade liberal, que aceita as diferenças toleráveis, aberta como se preconiza. Vencidos ou amenizados os grandes encarceramentos dentro da instituição família, é chegado o momento de viver o espaço escolar. A escola representa um espaço social de tensões, de conflitos, abjeções e prática desvelada do *bullying*.

O corpo trans infante que vivenciou o preconceito, a rejeição, a discriminação social, o silenciamento poderá viver na adolescência um duplo caminho, como um momento de reconhecimento e autoidentificação ou trazer todos os impactos psicoemocionais para essa nova fase da vida, notoriamente complexa e repleta de conflitos pessoais e sociais. Nesta fase ou tardiamente a esta ocorre a identificação quanto a discordância entre como se sentem e se veem e como seu corpo se apresenta na relação corpo biológico e gênero psíquico não se correspondem. O corpo simboliza a existência (MERLEAU-PONTY, 2011).

Em outras palavras, está relacionado aos sentimentos e/ou estresses resultantes desta incongruência entre gênero e sexo ao nascimento. É importante considerar o impacto psicoemocional que a disforia de gênero pode provocar na

pessoa podendo levar à ansiedade, depressão, ideação suicida com impactos na qualidade de vida e, lastimavelmente, ocorrer até o suicídio.

5 Considerações finais

Este estudo apresenta como limitação a representatividade apenas de mulheres de classe média a classe média alta residentes em Fortaleza-CE, não tendo voz das mães que residem em cidades e regiões interioranas. Teve como objetivo geral analisar o acesso de Pessoas Trans à educação enquanto direito humano e ruptura da colonialidade patriarcal, cisheterossexista. Apresentou-se aqui lugares de fala de mães que sentem a vida de seus filhos ameaçados em diversos espaços e segmentos sociais, aqui, expressamente a escola.

Em resposta ao objetivo anteriormente mencionado, considera-se que dentre as instituições transfóbicas, a escola se enquadra fidedignamente respondente ao projeto capitalista de colonialidade do binarismo sexual e gênero. São docentes, discentes, demais funcionários de diferentes categorias que atacam aos estudantes com comportamentos que transgridem o sistema. São atos, palavras, discursos que vão minando a autoestima da criança e/ou do adolescente trans e lhe deixando conscientes de que aquele espaço não é para eles, que ali é um espaço de meninos e meninas que agem como meninos e meninas.

A escola é, reiteradamente, uma instituição que controla os corpos que adentram seus portões. Dentro de seus muros estudantes de todas as idades devem seguir, cumprir suas regras, aptos a submeterem-se às suas normas, ao seu controle. Por mais que se esteja fazendo referência a um estudo com Pessoas Trans, o controle da escola não se dá só nessa perspectiva de performar conforme o sexo, há muitas outras formas de controle da escola, mas, concentrando-se no objeto deste estudo, disciplinar o corpo é especificamente o que se trata aqui.

Meninos e meninas devem, desde o jardim de infância, ter performances que sejam compatíveis com os papéis sociais que lhes foram atribuídos ao nascimento, que estão associados ao que está posto pela Matriz Binária de Gênero. Assim não é permitido atos, ações, gestos, tons de voz, participar e/ou promover momentos de brincadeiras que são compatíveis ao sexo e gênero oposto segundo os padrões culturais e sociais impostos. Neste sentido compete a escola fazer que se cumpra

aquelas determinações, zelando pelas condutas em seu interior, devolvendo à sociedade homens e mulheres.

As condições acima mencionadas, associada ao sofrimento psíquico pela própria disforia de gênero, sentimento de inadequação do gênero atribuído ao nascer conforme a anatomia da genitália com o gênero psíquico que se identifica e se vê nas diferentes relações sociais e pessoais que trazem impactos psicoemocionais diretos no organismo da pessoa trans provocando, inclusive, outros adoecimentos mentais como isolamento, ansiedade, depressão e até mesmo impactos físicos como é o caso das automutilações e suicídio.

É uma árdua busca pelo bem-estar de seus filhe/a/o(s) trans, compensadas pelas instituições que acolhem, que recebem e orientam seus crescimentos. Nesta luta cotidiana há sentimentos e sensações envoltas. A expressão ao *Bullying* é constante. A escola toma para si o papel de tribunal de júri e o exerce com maestria: julga a pessoa trans, condena e determina a punição, sempre execrável a estes corpos.

Discutir sobre o acesso à educação por Pessoas Trans como parte elementar de seu desenvolvimento humano, ainda que, mesmo com formação o mercado não se encontra apto conduz a inquietações mais severas. Assalta a dúvida de quais as vantagens para as Pessoas Trans da inclusão da disciplina de gênero no espaço escolar se, lá fora, o mercado continua ardiloso e resistente ao reconhecimento destas enquanto profissionais aptas e dignas de ocupar espaços que apenas pessoas heterossexuais ou mesmo LGBT, mas dentro de padrões ditos aceitos ocupam.

Não há o resgate de que a ideologia de gênero é uma nova roupagem de colonização dos corpos. É muito mais um esforço de fissurar todo um processo histórico que colonizou a existência dentro de dois polos que consideram a genitália e não a pessoa, o ser e suas experiências cotidianas no social, no coletivo e no individual. É muito mais uma busca por reconhecimento já que pessoas heterossexuais não precisam afirmar sua orientação sexual, nem sua existência enquanto pessoa, diferente das Pessoas Trans que são provadas, testadas e rejeitadas ininterruptamente, tendo que provar sua existência e seu ser.

Encaminha-se que a Educação em seu aspecto social adote postura de inclusão às Pessoas Trans, compreendendo que seu papel social vai para além da assimilação do conhecimento formalizado, é responsável pela formação, constituição

e construção de/a/o sujeito/a/o enquanto ser social. Para tanto é necessário que haja investimentos nos recursos humanos das diferentes áreas.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Bruna G (Org.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022 136p. Disponível em:

<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2023.

BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017. Boaventura de Sousa Santos, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual**. Brasília-DF: Ministério da Educação, 1998. *E-book*. Disponível em: [Introdução \(mec.gov.br\)](https://educacao.mec.gov.br/parâmetros-curriculares-nacionais/orientação-sexual/). Acesso em 20 jan. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 20 dez 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** Brasília-DF: Ministério da Educação, 1998. *E-book*. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit_e.pdf. Acesso em 20 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 4. ed. Brasília-DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. *E-book*. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei_diretrizes_bases_4e_d.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 20 dez. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução Nº 580 de 22 de março de 2018**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2018/Reso580.pdf>. Acesso em 20 dez 2021.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cad. Pagu**. n. 42, p. 249-274, jan./jun., 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420249>. Disponível em [SciELO](https://scielo.org.br/) - [Brasil - Regulações de gênero Regulações de gênero](https://scielo.org.br/) Acesso em: 13 dez. 2022.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. Tradução de Verônica Daminelli, Daniel Yago Françoli. São Paulo: n-1 Edições; Crocodilo Edições, 2019. 400p. Título Original: Bodies that matter. ISBN: 978-65-81097-04-2

COSSI, Rafael Kalaf. **Corpo em Obra: Contribuições para a clínica psicanalítica do transexualismo**. São Paulo, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 42. ed. 7. reimp. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2019. 302p. Título Original: Surveiller et punir. ISBN: 978-85-326-0508-5

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 10. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GARCIA, Carla Cristina; SILVA, Fábio Mariano da.; SANCHEZ, Marcelo Hailer. Capitalismo é razão neoliberal: ódio colonial e extermínio de travestis e transexuais no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, p. 321-341, ago., 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.215>. Disponível em: scielo.br/j/ssoc/a/qgQVBMm8rxh4k3JRVnfxMPG/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 13 dez. 2022.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4.ed. [reimp.]. Rio de Janeiro: LTC, 2017. 158p. Título Original: Stigma: notes on the management of spoiled identity. ISBN: 978-85-216-1255-1.

KULICK, DON. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Tradução de Cesar Gordon. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. 28. Título Original: Travesti: sex, gender, and cultura among Brazilian transgendered prostitutes. ISBN: 978-85-7541-151-3.

LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo: Corpo e gênero dos gregos a Freud**. Tradução de Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LIMA, Tatiane. Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, p. 70-87, set/dez 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i77p70-87>. Disponível em: [Vista do Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior \(usp.br\)](https://vista.do.educa.br/revista/doi/10.11606/issn.2316-901X.v1i77p70-87). Acesso em: 13 dez. 2022.

LIVIA, Anna.; HALL, Kira. “É uma menina!”: a volta da performatividade à linguística. In.: OSTERMANN, A.; FONTANA, B. (orgs.), **Linguagem. Gênero. Sexualidade**. Clássicos traduzidos. Tradução de Ana Cristina Ostermann, Beatriz Fontana. São Paulo: Parábola, p. 109-128.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**. 3. ed. ver. amp.; 2 reimp. Belo Horizonte: Autêntica: Argos, 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 4. reimp. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 Edições, 2019. 80p. Título original: Necropolitics. ISBN: 978-85-6694-350-4

MEJÍA, Norma. **Transgenerismos: Una experiencia transexual desde la perspectiva antológica**. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2006.

MENDES, Cristiano Garcia. Pós-estruturalismo e a crítica como repetição. **Rev. bras. Ci. Soc.**, v.30, p.45-59, jun., 2015. DOI: <https://doi.org/10.17666/308845-59/2015>. Disponível em [SciELO - Brasil - Pós-estruturalismo e a crítica como repetição](#). Acesso em: 15 dez. 2022.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Mousa. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011

MISKOLCI, Ricardo. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. São Paulo: Autêntica, 2012.

MUYLAERT, Camila Junqueira; SARUBBI JR, Vicente; GALLO, Paulo Rogério; ROLIM NETO, Modesto Leite; REIS, Alberto Olavo Advincula. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Rev. esc. enferm**, v.48, p. 184-189, dez 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0080-623420140000800027>
Disponível em <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/NyXVhmXbg96xZNPWt9vQYct/?format=pdf&lang=pt>
. Acesso em 20 dez. 2022.

NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Além do bem e do mal**. Tradução Carlos Duarte, Anna Duarte. 4. reimp. São Paulo: Martin Claret, 2017. 226p. Título original: Jenseits von Gut und Böse. ISBN: 978-85-7232-948-4.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde: CID-10**. Disponível em www.datasus.gov.br. Acesso em 22 jun 2017.

PINTO, Francisco Ricardo Miranda. **Interface entre a subjetividade e a promoção da saúde da pessoa transgênero no processo transexualizador**. 2021. 261f. Tese. (Doutorado em Saúde Coletiva) – Centro de Ciências da Saúde. Universidade de Fortaleza, Fortaleza, CE, 2021. Disponível em <https://uol.unifor.br/auth-sophia/exibicao/26337>. Acesso em: 20 dez 2022.

PINTO, Francisco Ricardo Miranda; SILVA, Carlos Antonio Bruno da; MOUTA, Limária Araújo; FERNANDES, Francisca Risolene. Educação Integral à Sexualidade e Currículo: novos diálogos sobre a formação de professores. **Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional (POLIGES)**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 58-81, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22481/poliges.v2i2.8536>. Acesso em: 5 fev. 2022.

PRECIADO, Paul Beatriz. Multidões *queer*: notas para uma política dos “anormais”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 1, jan./jul., 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/yvLQcj4mxkL9kr9RMhxHdwk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 01 fev. 2022.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Manifesto Contrassexual**. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. 2. reimp. São Paulo: N-1 edições, 2015. 223p. Título Original: Manifiesto contra-sexual. ISBN: 978-85-66943-13-9

POSSENTI, Sírio. O gênero e o gênero. In.: BARBOSA FILHO, F. R.; OTHERO, G. A. **Linguagem “Neutra”**: língua e gênero em debate. São Paulo: Parábola, 2022. Capítulo 1, pp. 17-36.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In.: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. pp: 118-142. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 04 fev. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In.: SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. Coimbra; Almedina, 2009. Cap.: 2, pp: 73-118. Disponível em: <https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Epistemologias%20do%20Sul.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2022.

ROCON, Pablo Cardozo; SODRÉ, Francis; ZAMBONI, Jésio; RODRIGUES, Alessandro; ROSEIRO, Maria Carolina Fonseca Barbosa. O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde? **Interface**, v. 22, n. 64, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0712>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/V3t4XwP5dNGDHkcfXSfJDcj/>. Acesso em: 20 jan 2022.

SANTOS, Émina. A educação como direito social e a escola como espaço protetivo de direitos: uma análise à luz da legislação educacional brasileira. **Educ. Pesqui.**, v. 45, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945184961>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/8pQkJ9rFx8cLKswHFWPfVTG/?lang=pt#>. Acesso em: 05 jan. 2022.

SPIVAK, Gayatri. Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020. 174p. Título original: Can the Subaltern Speak?. ISBN: 978-85-7041-816-6.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **STF entende que proibição de linguagem neutra em Rondônia invade competência da União sobre educação**. Disponível em <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=502208>. Acesso em 31 mar. 2023.

UNESCO. Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade**: uma abordagem baseada em evidências. 2. ed. revisada. Disponível em https://unesdoc.unesco.org/in/documentViewer.xhtml?v=2.1.196&id=p::usmarcdef_000369308&file=/in/rest/annotationSVC/DownloadWatermarkedAttachment/attach_import_c8f60111-c183-4084-8a5c-fd097b5e5369%3F_%3D369308por.pdf&locale=en&multi=true&ark=/ark:/48223/pf0000369308/PDF/369308por.pdf#%5B%7B%22num%3A111%2C%22gen%3A0%7D%2C%7B%22name%3A%22XYZ%22%7D%2C0%2C842%2Cnull%5D. Acesso em 01 jan 2021.